



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 51/XIV/ 2.ª SL

Aos 10 dias do mês de fevereiro de 2021, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

*17:00 Audição, por videoconferência, da Comissão Técnica de Vacinação contra a COVID-19, requerida pelo PSD, para obter «os devidos esclarecimentos sobre as razões que serviram de base para a determinação da idade das pessoas que, em virtude de doença grave ou de risco, devem integrar as primeiras fases de vacinação contra a COVID-19».*

---

17:00 Audição, por videoconferência, da Comissão Técnica de Vacinação contra a COVID-19, requerida pelo PSD, para obter «os devidos esclarecimentos sobre as razões que serviram de base para a determinação da idade das pessoas que, em virtude de doença grave ou de risco, devem integrar as primeiras fases de vacinação contra a COVID-19»

A Comissão Técnica de Vacinação contra a COVID-19 fez-se representar nesta audição pelo seu Coordenador, Válder Fonseca, acompanhado por dois membros da Comissão, José Gonçalves Marques e Luis Graça.

A Presidente saudou a Delegação e deu a palavra ao Deputado Ricardo Baptista Leite, que apresentou o requerimento do PSD (posteriormente reiterado por um segundo requerimento), que solicita esta audição, colocando depois algumas questões, designadamente, sobre a razão para a adoção de critérios epidemiológicos e não métricos, se foi da Comissão a decisão de incluir no Plano de Vacinação os maiores de 80 anos, e os de idade entre os 50 e os 79 anos com morbilidades, quais as dificuldades em contactar essas pessoas e o que pensam sobre a possibilidade de espaçar por mais de 21 dias o tempo entre a 1.ª e a 2.ª dose da vacina.

O Coordenador da Comissão Técnica explicou que na definição de critérios foram seguidos os princípios éticos de universalidade e equidade, os critérios epidemiológicos e a evidência disponível quanto às várias vacinas, sendo também o Plano orientado pela idade, porque os mais velhos são de maior risco. Contudo, é



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 51/XIV/ 2.ª SL

necessário estratificar grupos, sendo o Plano dinâmico e adaptável à evolução da situação em Portugal.

Usaram depois da palavra os Deputados: Bruno Aragão, que considerou muito importante a audição da Comissão Técnica, para que haja transparência neste processo, não podendo a evidência científica ser ignorada, perguntando como foram priorizados os grupos a vacinar e se estão a ser seguidos na prática os critérios definidos pela Comissão; Moisés Ferreira, que disse saber que não cabe à AR definir critérios, mas é necessário compreender, pelo que questionou sobre se concordam com a posição da DGS quanto à não eficácia da vacina da AstraZeneca em maiores de 65 anos, se devem usar-se outras, qual a razão para a escolha das morbilidades que foram indicadas e se, havendo problemas com a disponibilidade das vacinas, haverá definição de subgrupos; Paula Santos, que referiu que não é à AR que cabe estabelecer critérios e disse que, face à escassez de vacinas, é necessário priorizar dentro dos grandes grupos, pedindo ainda explicações sobre as razões que levaram às prioridades que foram definidas, e perguntando o que poderá ser feito quanto aos profissionais que prestam apoio domiciliário, que correm riscos; João Cotrim Figueiredo, que disse ter ficado satisfeito com a afirmação da Comissão Técnica de que a sua missão é criar critérios de vacinação que permitam salvar vidas, questionando sobre a necessidade de usar outros locais/postos móveis para a vacinação, sobre a necessidade de simplificação dos critérios de morbilidades, que são complexos, sobre a possibilidade de alargar o período que medeia entre a toma da 1.ª e da 2.ª dose das vacinas e sobre a questão da viabilidade de misturar vacinas. Válder Fonseca respondeu às questões colocadas, explicando o papel, contexto e função da Comissão como órgão consultivo da DGS, dando conta de como foram construídos os critérios, que são dinâmicos face à evolução da situação, e esclarecendo quanto à opção por determinado tipo de morbilidades.

José Gonçalves Marques abordou também a questão das morbilidades e salientou que a não utilização da vacina da AstraZeneca em maiores de 65 anos resulta do facto de não existirem dados que garantam a segurança da sua utilização nesta faixa etária. Luis Graça falou da modelação matemática que tem sido feita e referiu as morbilidades mais comuns e que mais frequentemente levam à morte.

Válder Fonseca acrescentou ainda que há a possibilidade de criar subgrupos dentro dos grandes grupos e que o Plano está sempre a ser atualizado, referiu que aumentar



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 51/XIV/ 2.º SL

o intervalo entre as duas doses é uma estratégia possível, mas não é a única e que têm de ser ponderados os prós e contras de cada uma das estratégias equacionadas.

Na segunda ronda pediram esclarecimentos adicionais os Deputados Bruno Aragão, Ricardo Baptista Leite, que pediu o envio de todos os dados que foram mencionados pela Comissão Técnica, Paula Santos e João Cotrim Figueiredo, esclarecimentos que foram prestados pelo Coordenador da Comissão Técnica.

A Presidente agradeceu as informações prestadas e a disponibilidade da Comissão Técnica, considerando que foi uma audição muito esclarecedora.

A reunião foi encerrada às 18:00 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo o respetivo vídeo/gravação ser acedido neste [link](#).

Palácio de São Bento, 10 fevereiro 2021.

**A PRESIDENTE**

**(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 51/XIV/ 2.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Machado  
Álvaro Almeida  
Anabela Rodrigues  
António Maló de Abreu  
Bruno Aragão  
Cláudia Bento  
Cristina Jesus  
Hortense Martins  
Joana Lima  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Moisés Ferreira  
Paula Santos  
Pedro Alves  
Ricardo Baptista Leite  
Rui Cristina  
Sónia Fertuzinhos  
Susana Amador  
Susana Correia  
Telma Guerreiro  
Elza Pais  
Ivan Gonçalves  
João Gouveia  
Luis Soares  
Marta Freitas  
Sara Velez  
Fernanda Velez  
Helga Correia  
João Cotrim Figueiredo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Rita Bessa  
André Ventura  
Bebiana Cunha  
José Manuel Pureza  
Sandra Pereira